



O NOSSO JORNAL

vai comemorar 72 anos da fundação e 57 desta 2.ª série

Como já é hábito, vai efectuar-se no dia 2 de Agosto próximo, a confraternização do aniversário do «Ecos de Cacia», com almoço oferecido aos seus colaboradores e familiares do Director, no Café-Restaurante «Ding-Dong», em Cacia, pelas 13 horas.

Dado que vários amigos do nosso jornal se manifestam no desejo de participar no nosso convívio, informamos que se encontra aberta a inscrição para o efeito naquele Restaurante — telef. 91253, mediante a quantia de 950\$00.

POR AVEIRO

Pela Câmara Municipal

Na reunião de 9 de Junho, o Executivo da Câmara Municipal de Aveiro tomou, entre outras de mero expediente, as seguintes deliberações:

■ Abrir concurso para obras de conservação do edifício onde funcionam os serviços da Cruz Vermelha em Aveiro;

■ Promover o início dos trabalhos da 1.ª fase (entre a Forca e a Rua Comandante Rocha e Cunha) da futura Avenida Central;

■ Encarregar os Serviços Técnicos municipais do projecto para o arranjo do largo envolvente à capela de Mataduchos-Alumieira;

■ Abrir novo concurso para a exploração do restaurante do Recinto Municipal de Feiras e Exposições, cujo equipamento total é da responsabilidade da Câmara;

■ Realizar, na reunião pública do Executivo da Câmara Municipal de 6 de Julho próximo, a venda pública para venda de lotes para construção no Bairro de S. Martinho;

■ Atribuir um subsídio de mil contos para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Jacinto;

■ Aceitar, em princípio, uma sugestão no sentido de se erguer, no próximo Natal e em adequado local cidadão, um Presépio gigante.

Na sua reunião de 22 de Junho, o Executivo Municipal deliberou:

■ Prorrogar, por mais um ano, o prazo de funcionamento do Gabinete Técnico Local, dado que a Câmara Municipal considera válido o trabalho executado pelo GTL no âmbito da reabilitação urbana do Centro Histórico da Cidade de Aveiro.

■ Encerrar ao trânsito automóvel, a título experimental, a Rua de 31 de Janeiro, apenas sendo permitidas cargas e descargas e o acesso a uma garagem sita nessa artéria.

Esta deliberação vem na sequência de, no dia 24 de Fevereiro de 1987, a Câmara ter tomado conhecimento de uma carta subscrita por moradores da Rua 31 de Janeiro, através da qual manifestavam o seu descontentamento relativamente ao problema do trânsito naquela artéria cidadã, que solicitavam o encerramento ao trânsito automóvel.

A deliberação agora tomada baseia-se no resultado de um estudo efectuado sobre o assunto pelo Gabinete de Planeamento do Município.

Foi adjudicado o troço Aveiro - Albergaria da Via-Rápida

O Ministro das Obras Públicas e os Secretários de Estado das Vias de Comunicação e da Construção e Habitação reuniram em Aveiro com o Governador Civil e os Presidentes das Câmaras Municipais.

Foi anunciada a adjudicação do troço da IP5 entre Aveiro e Albergaria, numa extensão de 15,5 km., orçamentado em 2.650 mil contos.

As obras terão início ainda este ano, permitindo assim a conclusão da tão falada via-rápida Aveiro-Vilar Formoso, que, provavelmente, em 1990 estará a funcionar.

Foi anunciado também um investimento de um milhão de contos para diversas obras viárias no distrito, das quais destacamos a estrada Angeja-Salreu-Estarreja; já adjudicada; a ligação Aveiro-Vagos, a adjudicar ainda este ano; e a ligação de Sever do Vouga a Talhadas.

DIA DO COMERCIANTE comemora-se em Espinho no dia 4 de Julho

A União das Associações de Comerciantes do Distrito de Aveiro, de que fazem parte as Associações concelhias de Aveiro, Espinho, Oliveira de Azeméis e Ovar, vai comemorar em Espinho, no próximo sábado, dia 4 de Julho, o «DIA DO COMERCIANTE DO DISTRITO DE AVEIRO», a exemplo do que aconteceu em Aveiro o ano passado e será no próximo ano em Oliveira de Azeméis, como está determinado em regime rotativo pelos 19 concelhos do distrito, que congrega cerca de 10.000 comerciantes.

Assim, no próximo sábado, dia 4 de Julho, em Espinho, a festa é dos comerciantes, que às 16 horas têm, na sede da Associação Comercial (Rua 26, n.º 563-1.º), a recepção aos colegas e convidados, seguida de visita às instalações daquela Associação.

Depois do hastear das bandeiras (às 16,15), decorrerá às 17 horas romagem de saudade ao cemitério local, em homenagem aos comerciantes falecidos, e às 19 horas será celebrada missa de sufrágio na Igreja Matriz de Espinho.

O DIA DO COMERCIANTE culminará com um jantar, no Casino SOLVERDE, com a presença de membros do governo, outras entidades oficiais e demais convidados, concluindo com um espectáculo de variedades.

PORTUCEL

Centro Fabril/Cacia comemora o XI aniversário

Integrados nas comemorações deste aniversário, a PORTUCEL promove espectáculos dedicados a Aveiro, que terão lugar no Rossio daquela cidade, com as seguintes participações:

DIA 11 — Às 17,30 horas, Orquestra Ligeira do Exército; às 21,30 horas, «Show» Fernando Pereira.

DIA 12 — Às 21,30 horas, Companhia de Dança de Aveiro e Serenata com antigos orfeonistas do Orfeão Universitário de Coimbra.

FUTEBOL CLUBE DO BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO — 3800 AVEIRO

Assembleia Geral Ordinária

Ao abrigo do parágrafo 1.º do Art. 16.º dos Estatutos, convoco todos os sócios do FUTEBOL CLUBE DO BOM-SUCESSO, no pleno gozo dos seus direitos, a reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, no dia 3 de Julho de 1987, pelas 21 horas, no Complexo Desportivo do Clube, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

a) — Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 1986.

b) — Eleição dos Corpos Gerentes para 1987/1989.

De acordo com o Art.º 22.º, haverá, antes da ordem de trabalhos, um período de 30 minutos para tratar de quaisquer assuntos de interesse para o Clube.

Não havendo maioria absoluta de sócio à hora marcada, a Assembleia funcionará 1 hora depois com qualquer número.

Bom-Sucesso, 8 de Junho de 1987

O Presidente da Assembleia Geral,

José Afonso de Oliveira Nunes

Albergaria-a-Velha

Festas nas Frias. — No lugar das Frias, deste concelho, vão realizar-se nos dias 4, 5 e 6 de Julho próximo os festejos em honra da Rainha Santa Isabel, com o seguinte programa:

DIA 4 (Sábado) — Durante o dia actuará a aparelhagem sonora de Francisco Bonifácio.

DIA 5 (Domingo) — Às 7 horas, alvorada com salva de morteiros; às 11 horas, Missa solene com coro e orquestra sacra «Sousa Nunes» e sermão; às 12 horas, Procissão com a participação da mesma orquestra, pelo itinerário do costume; a partir das 15,30 horas, arraial com o conjunto «Renovadores», de Bolfiar (Águeda); e às 21 horas, início do festival nocturno com o conjunto «Telex», da Gafanha da Nazaré.

DIA 6 (Segunda-feira) — A partir das 9 horas, actuará a aparelhagem sonora; às 15 horas, um grupo musical percorrerá as ruas e em seguida abrilhantarão o arraial até à noite.

Para breve novas moedas de cinco e de 25 tostões

Cem milhões de moedas de cinco tostões e 150 milhões de 25 tostões, todas novas, serão emitidas em breve para substituir as actuais, segundo uma decisão publicada no «Diário da República».

O limite da emissão é de 50 mil contos em moedas de cinco tostões e 375 mil contos em moedas de 25 tostões.

As novas moedas têm um curso legal mas ninguém poderá ser obrigado a receber em qualquer pagamento mais de 50 escudos em moedas de cinco tostões ou 250 escudos em moedas de 25 tostões, determina o diploma aprovado em Conselho de Ministros no dia 9 de Abril.

As actuais moedas de cinco e 25 tostões continuam em circulação, enquanto as novas serão postas a circular à medida que forem emitidas e «conforme as necessidades de circulação o aconselharem».

As velhas moedas de 50 centavos de bronze são substituídas por outras de uma liga de alumínio, na proporção de 95 por cento de alumínio e 5 por cento de magnésio, com o diâmetro de 17 milímetros e peso de 1,2 gramas.

As velhas «caravelas» de 25 tostões são substituídas por uma nova moeda de uma liga de latão-níquel, na proporção de 79 por cento de cobre, 20 por cento de zinco e um por cento de níquel, com o diâmetro de 19 milímetros e o peso de 3,2 gramas.

A gravura do averso da nova moeda de cinco tostões apresenta, no centro do campo até à orla superior, as cinco quinas nacionais, orladas pela legenda «República Portuguesa».

A gravura do reverso apresenta um sobreiro, tendo à esquerda algarismos 50 do valor facial e,

na orla direita, a designação «centavos».

A gravura do averso da moeda de 25\$0 apresenta, no centro do campo limitado por um rebordo eneagonal, o escudo das armas nacionais, encimado por um nó manuelino e orlado pela legenda «República Portuguesa».

No reverso aparece um entrançado do tipo designado por Gacheta Sagres e o valor facial.

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda é autorizada a cunhar anualmente até 50 mil colecções de moedas de cinco e 25 tostões com acabamento superficial «brilhante não circulado», e até 20 mil com acabamento «prova numismática», destinadas à comercialização.

Junta de Freguesia de Eixo

lança campanha de prevenção de incêndios

Com o intuito de sensibilizar a população para o perigo dos incêndios florestais, a Junta de Freguesia de Eixo está a promover uma campanha de prevenção de incêndios florestais.

Para o presidente da Junta, Manuel Gaspar Fernandes, «verificam-se com muita frequência flagrantes violações da Lei, umas por incuria ou desleixo, outras por desconhecimento das medidas preventivas sobre tal assunto», pelo que aquele órgão autárquico resolveu organizar esta campanha, durante a qual os residentes serão esclarecidos sobre o comportamento a adoptar no sentido de evitar os incêndios, e as diversas medidas preventivas estabelecidas pela lei em vigor, tendo tido o seu início nas escolas implantadas na área daquela freguesia, e estendendo-se agora a toda a população.

Quadras populares Político-Eleitorais

S. João ouve os gemidos,
Deste povo escuta os ais!
Acaba com alguns partidos,
Porque muitos estão a mais;

Com S. Pedro vem votar
Para o novo Parlamento,
P'ra «SANTO ANTÓNIO» voltar
De novo para S. Bento;

Mas se tal não fôr possível,
Se o «milagre» se não der,
Que uma vez mais «Santo Aníbal»
Tome as rédeas do Poder.

UNIAVE - DISTRIBUIDORES PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.R.L.

Sede: - VARIANTE DE CACIA (AVEIRO)

Balanço e Contas do Exercício de 1986

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas:

Nos termos da Lei e dos estatutos da Sociedade, apresentamos, para vossa apreciação, o Relatório e Contas de 1986.

O sector em que se processa a actividade da Sociedade conheceu, no ano em análise, ligeiro crescimento; no entanto, por razões conhecidas, não foi o crescimento acompanhado das necessárias contrapartidas.

Apesar da recuperação verificada na economia nacional, sendo de salientar o decréscimo nas taxas de inflação e de juros, foi a competitividade da Empresa afectada, não só por uma concorrência anárquica e consentida, como também pela falta de moralização no mercado.

Foi neste contexto que, ao longo de 1986, se assistiu à venda de muitos produtos a preços abaixo do seu custo, só para acompanhar a concorrência... enquanto a economia dava sintomas de recuperação, com a correspondente melhoria do nível de vida.

Apesar da adversidade das condições de mercado conseguimos, sem degradar significativamente as nossas margens, aumentar as vendas em cerca de 16%.

Da sua análise depreende-se que houve três períodos com comportamentos bem diferenciados.

Assim, enquanto no 1.º quadrimestre, e em resultado das transformações ocorridas na Sociedade na parte final, se verificaram reduzidas vendas mensais (cerca de 28.000 contos/mês), no 2.º quadrimestre, num contexto de acentuada concorrência, as vendas mensais tiveram um acréscimo na ordem dos 36%, posição esta consolidada no último quadrimestre.

Pensamos incrementar em 1987 a nossa implantação nos sectores de cereais e bebidas, por forma a obtermos a maior rentabilidade possível dos meios materiais adquiridos durante o ano de 1986.

Preveemos para 1987 um normal crescimento das nossas vendas nos restantes produtos, de acordo com as estimativas para o sector.

O ano em apreciação permite-nos concluir da necessidade urgente da reformulação do nosso esquema de actuação no mercado, assim como da reorganização administrativa e financeira, por forma a obter, atempadamente os necessários elementos da informação para a gestão.

Cientes da receptividade do mercado à nossa prestação de serviços, e apesar das condições da concorrência, fizemos investimentos em material de distribuição de cerca de quatro dezenas de milhares de contos.

Assim, foi renovada toda a nossa frota a fim de podermos desempenhar melhor

a nossa missão de colocação de alguns produtos, de que somos agentes, junto dos nossos clientes.

Correspondentemente ao investimento efectuado e às despesas com o Pessoal, assistiu-se a um aumento de custos em linha com o desenvolvimento da actividade.

Face também ao volume de amortizações efectuadas, concluímos o ano de 1986 com resultado negativo de exploração, muito embora se apresentem resultados positivos da ordem dos 15.000 contos, provenientes da venda de acções próprias em carteira.

Foram alienadas, no decorrer do exercício 7.005 acções próprias ao preço unitário de 3.000\$00, visando dotar a firma do fundo de maneo necessário.

O elevado valor das existências no fim do ano justifica-se pela necessidade imposta pelo incremento no sector da distribuição de bebidas, cujo vasilhame é parte importante daquele valor.

Acresce ainda o facto de, também no fim do ano, termos provisionado quantidade significativa de cereais e legumes secos.

Decorreram algumas obras de beneficiação do património, sendo de salientar a pavimentação e a delimitação da propriedade.

Procedemos a uma equilibrada revisão salarial anual e aos necessários reajustamentos nos vencimentos dos nossos colaboradores.

O critério valorimétrico adoptado para as existências foi o do preço do custo, à semelhança do realizado em exercícios anteriores.

Como se pode constatar da leitura do Balanço, a situação financeira da Empresa é equilibrada.

Não se registaram variações patrimoniais nem quaisquer factos relevantes desde o fim do exercício em apreço até à data da realização da Assembleia para aprovação das contas.

Expressamos aqui aos nossos colaboradores e aos Órgãos Sociais o reconhecimento pelo empenho que puseram no cumprimento das suas tarefas.

Os resultados do exercício elevam-se a Esc. 14.814.496\$40.

De acordo com o explicitado no relatório anterior propomos a seguinte aplicação:

1 - Reserva legal	740.725\$00
2 - Reservas Livres	14.073.771\$40

Cacia, 28 de Fevereiro de 1987

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
 Presidente - *Alvaro Oliveira Gomes*
 Vogal - *Manuel Fernando Cardoso*
 " - *Raúl Bastos Fernandes*

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas:

Nos termos do mandato que nos foi conferido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49381, de 15 de Novembro de 1969, e em cumprimento dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço Analítico, a Demonstração dos Resultados Líquidos e os Anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados, propostos pelo Conselho de Administração da UNIAVE - Distribuidores Produtos Alimentares, S.A.R.L., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1986.

Efectuamos uma revisão detalhada e tão profunda quanto as circunstâncias o aconselharam e foi julgado necessário a fim de suportar as nossas conclusões e possibilitar a formulação do presente parecer.

No desempenho do nosso mandato, acompanhamos a actividade da Empresa durante o exercício em apreciação, principalmente através da informação contabilística e dos esclarecimentos recebidos da Administração e dos serviços de quem recorremos para recebimento do apoio adequado ao desempenho das nossas funções.

As contas apresentadas, compreendendo o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço Analítico, a Demonstração dos Resultados Líquidos e os Anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados, que devem ser interpretados conjunta-

mente, estão apoiados em registos contabilísticos adequados e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Os critérios valorimétricos adoptados estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e tradicionalmente usados na Empresa e têm sido utilizados consistentemente, permitindo uma adequada valorização das rubricas com que se relacionam.

Por tudo quanto precede, o Conselho Fiscal é de Parecer que aprovei:

- a) O Relatório do Conselho de Administração, o Balanço Analítico, a Demonstração dos Resultados Líquidos e os Anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados;
- b) A proposta do Conselho de Administração no que se refere à aplicação dos resultados do exercício;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os membros do Pessoal da Empresa.

Cacia, 28 de Fevereiro de 1987

O CONSELHO FISCAL,
 Dr. *Jorge Abílio C. D. Brandão*
António Augusto Machado Amador
Alberto Gomes Pereira do Couto

Demonstração dos Resultados Líquidos do exercício de 1986

	Deduções em compras		Deduções em vendas	
EXISTÊNCIAS INICIAIS:				
Mercadorias		57 492 385\$20		
COMPRAS:				
Mercadorias	402 972 138\$00	10 989 353\$20	391 982 784\$80	
EXISTÊNCIAS FINAIS:				
Mercadorias		75 980 477\$50		
CUSTO DAS EXISTÊNCIAS, VENDIDAS E CONSUMIDAS:				
Mercadorias	373 494 792\$50		373 494 692\$50	
Fornecim. serv. terceiros	14 146 726\$00		14 921 123\$50	388 415 816\$00
Impostos	774 397\$50			
Despesas com pessoal	32 075 857\$00			
Despesas financeiras	2 414 219\$50			
Outras despesas e encargos	662 960\$50		35 153 037\$00	
Amort. e Reint. do Exercício	7 134 048\$00			
Provisões do Exercício	2 962 085\$30		10 696 133\$30	45 249 170\$30
Resultados exerc. anteriores		1 395 658\$00		483 664 986\$30
Resultados extr. exercício		277 576\$00		1 673 234\$00
Resultados líquidos				14 814 496\$40
				450 152 716\$70
				450 152 716\$70
VENDAS DE MERCADORIAS E PRODUTOS:				
Mercadorias			430 101 270\$80	115 097\$90
				429 986 172\$90
Receitas financ. correntes			2 841 305\$80	2 841 305\$80
Resultados ext. do exercício				432 827 478\$70
				17 325 238\$00

Cacia, 31 de Dezembro de 1986

Contas aprovadas em 31 de Março de 1987

O Técnico de Contas,
Mário da Silva Fernandes

(Continua na 3.ª página)

A ADMINISTRAÇÃO,
 Presidente - *Alvaro Oliveira Gomes*
 Vogal - *Manuel Fernando Cardoso*
 " - *Raúl Bastos Fernandes*

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986

	Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido		Passivo e situação líquida
ACTIVO				PASSIVO	
DISPONIBILIDADES:				DÉBITOS A CURTO PRAZO:	
Caixa	199 815\$00		199 815\$00	Clientes C/C	3 190 630\$80
Depósitos à Ordem	4 031 568\$20		4 031 568\$20	Fornecedores	68 451 903\$80
	4 231 383\$20		4 231 383\$20	Empréstimos Bancários	8 000 000\$00
				Sector Público Estatal	1 616 365\$00
				Outros Devedores e Credores	33 419 821\$60
					114 678 721\$20
CRÉDITOS A CURTO PRAZO:				SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Clientes C/C	48 703 709\$00	2 435 182\$00	46 268 527\$00	CAPITAL:	
Clientes Let. e Out. Tit. Cob.	2 150 160\$00	107 508\$00	2 042 652\$00	Capital social	20 000 000\$00
Fornecedores C/C	4 388 147\$20		4 388 147\$20	RESERVAS:	
Sector Público Estatal	3 729 570\$00		3 729 570\$00	Reserva legal	352 012\$00
Outros Devedores e Credores	1 123 419\$00		1 123 419\$00	Reserva estatutária	2 592 281\$30
				Reservas livres	14 624 113\$30
	60 095 005\$20	2 542 690\$00	57 552 315\$20		17 568 406\$60
EXISTÊNCIAS:				RESULTADOS LÍQUIDOS:	
Mercadorias	75 980 477\$50	7 598 048\$00	68 382 429\$50	Resultados correntes do exercício	837 507\$60
CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZO:				Resultados extraordinários do exercício	17 047 662\$00
Clientes Cobrança Duvidosa	1 380 527\$70	1 380 527\$70		Resultados de exercícios anteriores	1 395 658\$00
					14 814 496\$40
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				Total da situação líquida	
Terrenos	708 952\$50		708 952\$50		52 382 903\$00
Edifícios e outras construções	6 805 152\$90	1 083 057\$50	5 722 095\$40	Total do Passivo e da Situação Líquida	
Equipam. básicos, outras maq. e instalações	5 105 386\$60	4 082 729\$10	1 022 657\$50		167 061 624\$20
Ferramentas e utensílios	126 015\$80	86 818\$90	39 196\$90		
Material de carga e transporte	38 399 198\$80	9 182 977\$00	29 216 221\$80		
Equipamento administ., social e mobiliário	397 224\$80	273 842\$60	123 382\$20		
	51 541 931\$40	14 709 425\$10	36 832 506\$30		
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Gastos de instalação e expansão	644 925\$60	581 935\$60	62 990\$00		
Total de provisões		11 521 265\$70			
Total de amortizações		15 291 360\$70			
Total do activo			167 061 624\$20		

Cacia, 31 de Dezembro de 1986

O Técnico de Contas,
Mário da Silva Fernandes

Balanço aprovado em 31 de Março de 1987

A ADMINISTRAÇÃO,
Presidente — Alvaro Oliveira Gomes
Vogal — Manuel Fernando Cardoso
" — Raúl Bastos Fernandes

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

5. — DÉBITOS A CURTO PRAZO:
- RAR — Sociedade de Controle (Holding), S. A. 18.549.040\$00
8. — Os critérios valorimétricos das existências não sofreram alteração em relação ao exercício anterior — Custo de aquisição.
9. — Clientes de Cobrança Duvidosa 1.380.527\$00
11. — I. V. A. — Não houve pagamentos efectuados, nem reembolsos pedidos. — Junta-se mapa de saldos da C/Sector Público Estatal.
17. — Imobilizações Corpóreas, afectas à actividade da Empresa.
20. — Participação das associadas no Capital Social:
RAR — Sociedade de Controle (Holding), S. A., 16.860 acções = 84,3 %.

Cacia, 31 de Dezembro de 1986

Demonstração de Resultados Extraordinários do Exercício

Multas e outras penalidades legais:			Outros Ganhos Extr.:		
Multas Fiscais	4 000\$00		Ganhos em Imobilizações Financeiras	16 384 990\$00	
Multas não Fiscais	41 378\$00	45 378\$00	Outros Ganhos em Imobilizações Corpóreas	940 248\$00	17 325 238\$00
Outras Perdas Extraordinárias do Exercício:					
Menos Valias Im. Corp.	232 198\$00	232 198\$00			
Result. Extra. do Exerc. *					
					17 325 238\$00

Cacia, 31 de Dezembro de 1986

Movimento das Contas da SITUAÇÃO LÍQUIDA, ocorrido no exercício

	Saldo inicial	Movimento exercício	Saldo final
Capital Social	20 000 000\$00		20 000 000\$00
Reservas Legais e Estatutárias	2 865 835\$30	78 458\$00	2 944 293\$30
Reservas Livres		14 624 113\$30	14 624 113\$30
Resultados Líquidos		14 814 496\$40	14 814 496\$40

Cacia, 31 de Dezembro de 1986

SECTOR PÚBLICO ESTATAL

	Débito	Crédito
I. V. A. a recuperar	3 729 570\$00	
Imposto Profissional		241 226\$00
Valores Selados		20 000\$00
Instituições de Previdência		1 355 139\$00

Cacia, 31 de Dezembro de 1986

Certificação Legal das Contas

Examinei as contas da UNIAVE — DISTRIBUIDORES PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.R.L., que compreendem o Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1986, a Demonstração de Resultados Líquidos do exercício em causa e os respectivos Anexos, documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, mantidos em conformidade com os preceitos legais.

O meu exame foi efectuado em conformidade com as Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas, aprovadas pela Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, tendo este sido desenvolvido com a profundidade que foi considerada necessária nas circunstâncias.

É minha convicção de que os citados documentos de prestação de contas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 1986, bem como os resultados das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, aplicados de uma forma consistente em relação ao exercício anterior.

Cacia, 28 de Fevereiro de 1987

Alberto Gomes Pereira do Couto
(Revisor Oficial de Contas)

Extracto da Acta Número Dezassete — Aprovação do Relatório de Gestão e Contas

Aos trinta e um dias de Março de mil novecentos e oitenta e sete, pelas vinte horas, na sede social na Variante de Cacia, em Cacia, Aveiro, reuniu a Assembleia Geral desta sociedade, UNIAVE — Distribuidores Produtos Alimentares, Sociedade Anónima.

Assumiu a Presidência da Mesa a titular do cargo, RAR — Sociedade de Controle (Holding), Sociedade Anónima, representada pelo Dr. Pedro Rocha Gonçalves, conforme documento em poder da sociedade, secretariado pelos Senhores Manuel Fernando Cardoso e Raúl de Bastos Fernandes. O presidente da mesa, verificando pelo Livro de Presenças que se encontrava presente e representado oitenta e seis vírgula cinquenta e cinco por cento do capital social e que fora publicado o devido aviso-convocatória no «Diário da República», Terceira Série, número sessenta e três de dezassete de Março e no jornal «Ecos de Cacia» de 25 de Fevereiro de mil novecentos oitenta e sete, declarou a Assembleia validamente constituída e apta a discutir e a deliberar.

Foi então lido o aviso-convocatório do seguinte teor:
«Nos termos e para os efeitos legais e estatutários são convocados os Senhores Accionistas da Sociedade para reunirem em Assembleia Geral no próximo dia trinta e um de Março, pelas vinte horas, na sede social, com a seguinte ORDEM DO DIA:

- Um — Deliberar sobre o Relatório de gestão e as contas do exercício de mil novecentos oitenta e seis;
- Dois — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Três — Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

Entrando-se no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, logo foram postos à discussão o Relatório, Balanço e Contas apresentados pelo Conselho de Administração e demais documentação anexa, o que se propôs e a Assembleia aprovou, fosse feito globalmente na generalidade e na especialidade.

Ninguém tendo querido usar da palavra, procedeu-se à votação, verificando-se que foram aprovados por unanimidade o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e Contas e, bem assim, toda a demais documentação anexa e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.

Passando-se ao segundo ponto da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão.

Passando-se ao terceiro ponto da ordem do dia, foi aprovada a seguinte resolução:
/.....
/.....
Lavrada a presente acta, lida e aprovada, e, pelos membros da Mesa, subscrita e assinada.

Dr. Pedro Rocha Gonçalves
Manuel Fernando Cardoso
Raúl Bastos Fernandes

